



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - EDIÇÃO Nº 122 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 06 de setembro de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 686/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número dos Contratos	Objeto do Contrato
Jadson Martins Bispo Mat. 102710	Danilo Carvalho da Silva Mat. nº 129415	059/2016 072/2016 078/2016	Aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, letras caixas, adesivos, impressão colorida em lona, faixas, mastros, entre outros, com o fim de atender as necessidades das Promotoria de Justiça de Augustinópolis, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial Nº 022/15, Processo administrativo Nº 2015.0701.00204, parte integrante do presente instrumento.
		082/2016	Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de grade de proteção para instalação no perímetro da laje dos reservatórios superiores e na laje um nível abaixo que promove o acesso a um dos reservatórios de água para atendimento das necessidades do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 023/16, Processo Administrativo nº 2016.0701.00256, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

APOSTILA Nº 009/2016/CHGAB/DG

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-

GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR GERAL EM SUBSTITUIÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com o parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 04, de 17 de janeiro de 2013, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

RESOLVEM:

Apostilar os Atos CHGAB/DG nº 011/2016 e 012/2016, ambos publicados no DOMP/TO nº 60, de 09/06/2016, referentes à homologação da Avaliação Periódica de Desempenho – APD e da Progressão Funcional Horizontal ou Vertical dos servidores efetivos e estáveis do Ministério Público do Estado do Tocantins, respectivamente.

Art. 1º. No Ato CHGAB/DG nº 011/2016 de 07 de junho de 2016:

Onde se lê:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
86208	Anderson Alves de Siqueira	Auxiliar Ministerial Especializado	21/05/2016	Aprovado

Leia-se:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
86208	Aderson Alves de Siqueira	Auxiliar Ministerial Especializado	21/05/2016	Aprovado

Art. 2º. No Ato CHGAB/DG nº 012/2016 de 07 de junho de 2016:

Onde se lê:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
86208	Anderson Alves de Siqueira	Auxiliar Ministerial Especializado	BA6	BB1	21/05/2016

Leia-se:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
86208	Aderson Alves de Siqueira	Auxiliar Ministerial Especializado	BA6	BB1	21/05/2016

PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 05 de setembro de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DO PREGÃO Nº 027/2016

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica a quem possa interessar, que o Pregão Presencial nº 027/2016, processo nº 2016/0701/00297, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO: CENTRAIS PABX, TERMINAIS INTELIGENTES E TELEFONES HEADSETS, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Promotorias de Justiça do Interior foi declarado fracassado. Ficando remarçada a sessão referente ao mesmo para o dia 26/09/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sala de licitações no 2º Piso, do Prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 05 de setembro de 2016

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 16-IC/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 82/2015.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: Art. 4º da Lei nº 8.069/90 e artigo 127 e 205 da CF/88;

ORIGEM: Atendimento ao Público.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar a aquisição e instalação da subestação de energia elétrica para atender a Escola Estadual Marechal Rondon, Localizada em Araguaína/TO, e possibilitar o funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 26 de outubro de 2015.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 42-IC/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 91/2015.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: Art. 4º da Lei nº 8.069/90 e artigo 127 e 129, II e III, da CF/88.

ORIGEM: Representação feita pela Sr. Arnildo Rodrigues de Lima.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa promover regularizar o transporte escolar da criança Ludmila Costa de Lima.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 15 de dezembro de 2015.

24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu representante titular da 24ª Promotoria de Justiça da Capital infra-assinado, em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, NOTIFICA CRISTIANE ALVES MACIEL MATOS, com o fim de cientificá-la da

DECISÃO de indeferimento de pedido de instauração de inquérito civil da Peça de Informação 2009.6.29.25.0223, instaurada para averiguar informação sobre possível criação irregular de animais em área urbana de Palmas.

Informamos que, conforme disposição do citado artigo, § 1º, caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o representante tomar ciência desta decisão.

PEDRO GERALDO CUNHA DE AGUIAR
Promotor de Justiça

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração

do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: ICP 13/16

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e Lei nº 12.651/12.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Obter informação sobre a averbação da reserva legal no imóvel rural denominado Fazenda Santa Maria, localizada no município de Santa Rita do Tocantins, de propriedade de Nilton Alcântara Neves e ainda se não averbada, perseguir esta regularização, efetivação do CAR, bem como a responsabilização pelo dano civil e também pelo crime ambiental.

INVESTIGADO(S): NILTON ALCÂNTARA NEVES

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 31/08/2016.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575
www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br